

# economia

## EUA anunciam nova tarifa de 12,5% contra Brasil

Sobretaxa deve se somar aos 25% já impostos na semana passada em outra investigação envolvendo produtos brasileiros

### / COMÉRCIO EXTERIOR

Os Estados Unidos decidiram aplicar uma nova tarifa ao Brasil com base na Seção 301 da Lei de Comércio. A sobretaxa de 12,5% foi anunciada nesta quinta-feira e deve se somar aos 25% já impostos na semana passada em outra investigação envolvendo produtos brasileiros.

O Brasil integra um grupo de 59 economias atingidas pela medida, cujas tarifas variam entre 10% e 12,5%.

De acordo com um cálculo realizado pela iniciativa GTA (Global Trade Alert) e encaminhado à reportagem, somando as duas tarifas, o Brasil segue como o segundo país que mais sofre com tarifaço do governo Trump só atrás da China.

Antes, como mostrou a BBC, o Brasil já tinha subido da 13ª para a segunda posição. Agora, com as novas tarifas de 12,5%, o país segue na segunda posição com uma tarifa média efetiva de 18,89%.

Em relatório divulgado no início de junho, o Escritório do

Representante de Comércio dos EUA (USTR) argumentou que, embora o Brasil afirme proibir importações produzidas com trabalho forçado por meio de compromissos assumidos em acordos de investimento e livre comércio.

“Essas disposições não vedam legalmente a importação, para comercialização no mercado doméstico, de produtos fabricados total ou parcialmente com trabalho forçado em outros países”, aponta.

Com base nessa avaliação, o USTR concluiu que a política brasileira em relação ao trabalho forçado é “injustificável” e impõe obstáculos ao comércio americano.

Na decisão anunciada nesta quarta, o Brasil foi enquadrado na categoria de países que, segundo o órgão, não proíbem a importação de produtos feitos com trabalho forçado nem fiscalizam de forma efetiva esse tipo de entrada. Ao todo, 54 países foram classificados nesse grupo.

Especialistas avaliam que a nova rodada de tarifas pode fun-

cionar como uma forma de substituir as tarifas globais de 10% pela seção 122, cuja vigência termina no fim de julho.

Essas sobretaxas haviam sido adotadas pelo governo Donald Trump com base na IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional), instrumento cuja utilização para esse fim foi considerada ilegal pela Justiça americana, levando o governo a buscar outras bases legais para manter as restrições comerciais.

Normalmente, as investigações sob a seção 301 têm duração de um ano. Porém, os EUA já tinham sinalizado que gostariam que este processo fosse rápido.

Jamieson Greer, representante dos EUA para o comércio, tinha afirmado no início de junho que “a falha de nossos parceiros comerciais em lidar com a importação de bens feitos com trabalho forçado é inaceitável”.

“Isso força os trabalhadores americanos a competir em um campo desigual. Não toleraremos mais essa disparidade.”

Greer sinalizou, em março,



SAUL LOEB/AFP/IC

Medida foi anunciada nesta quinta-feira pelo governo de Donald Trump

que as conclusões aconteceriam “em meses” e poderiam apontar para a necessidade de acordos bilaterais.

“Se os países não quiserem negociar, poderemos impor novas tarifas ou multas”, afirmou.

O Canadá, que estará sujeito a uma tarifa de 10% nos termos do acordo, já proíbe a importação de produtos provenientes de trabalho forçado. A União Europeia, também com uma tarifa de 10%, tem uma proibição que

deve entrar em vigor em dezembro de 2027. Mas autoridades do governo Trump afirmam que os governos não têm aplicado essas leis de forma eficaz.

As novas tarifas isentarão petróleo e gás e certos recursos naturais, bem como bens já abrangidos pelo Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) ou pelas tarifas relacionadas à segurança nacional que Trump impôs sobre carros, aço e outros produtos.

## Governo diz que prioridade é evitar guerra comercial

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou na quarta-feira que o governo brasileiro não descarta acionar a Lei da Reciprocidade em resposta à tarifa de 25% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos nacionais, mas ressaltou que o objetivo é evitar uma guerra comercial.

“Não tem retaliação. A ideia não é fazer retaliação. A ideia é buscar solução”, disse Alckmin. “A Lei da Reciprocidade está na mesa, mas esse não é o objetivo. O objetivo não é fazer guerra comercial. O objetivo é resolver o problema.”

O vice-presidente participou de evento de comemoração dos 25 anos da BandNewsTV, na capital paulista, e foi questionado, em coletiva de imprensa, sobre as tarifas impostas.

O governo norte-americano justificou a tarifa como resposta a supostas práticas comerciais desleais envolvendo temas como Pix, etanol e desmatamento. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a medida deve atingir 18% das exportações brasileiras para os Estados Unidos, equivalentes

a US\$ 7,4 bilhões em valores de 2024. “Ela é injusta, porque, quando entra um produto americano no Brasil, a tarifa média é de 3,1%”, continuou. “Não tem sentido você ter 25%, se o produto americano, quando a gente importa, é 3,1%. E, dos dez produtos que eles mais vendem para nós, sete deles têm tarifa zero.”

Alckmin reiterou que o governo federal disponibilizará R\$ 18,5 bilhões em crédito a juros reduzidos para empresas afetadas pelo tarifaço e pela Guerra do Gol-

fo, além de setores estratégicos, como fertilizantes e minerais críticos. Segundo ele, o governo Lula (PT) também buscará novos mercados, sem abandonar as negociações com os Estados Unidos.

Na avaliação do vice-presidente, o entendimento sobre as tarifas e uma maior integração produtiva, numa relação “ganha-ganha”, entre Brasil e Estados Unidos, que considera benéfica para os dois países, deve avançar. Para ele, as atuais divergências comerciais são passageiras.



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Alckmin diz que busca soluções sem agravar tensões comerciais

## FMI diz que impacto de tarifaço de 25% para o Brasil deve ser modesto

O Fundo Monetário Internacional (FMI) avaliou que a economia brasileira continua demonstrando “notável resiliência” diante de uma sequência de choques externos e considerou que o impacto macroeconômico das novas tarifas impostas pelos Estados Unidos tende a ser modesto.

Em relatório divulgado nesta quinta-feira, após a conclusão da consulta anual do Artigo IV, o fundo também afirmou que o governo precisará promover um ajuste fiscal mais ambicioso para colocar a dívida pública em trajetória consistente de queda e projetou inflação de 5,6% ao fim de 2026, acima da meta de 3%.

Apesar das tensões comerciais, o FMI avaliou que as exportações brasileiras têm permanecido resilientes. O relatório lembra que as tarifas impostas pelos Estados Unidos chegaram a uma alíquota efetiva de 29,1% em agosto de 2025 e que as vendas brasileiras ao mercado americano caíram inicialmente, mas passaram a se recuperar a partir de novembro daquele ano.

Segundo o fundo, o impacto macroeconômico das medidas foi limitado porque as exportações para os Estados Unidos representavam menos de 2% do PIB brasileiro antes da elevação das tarifas e porque o país ampliou as vendas para outros mercados, especialmente de soja para a China.

O FMI também mencionou a proposta apresentada pelos Estados Unidos após a conclusão da investigação da Seção 301, que prevê uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros, além de uma sobretaxa de 12,5% que deve ser anunciada até o fim de julho ao Brasil e a outras economias, com isenções para itens como café, carne bovina, produtos energéticos e peças de aeronaves.

Caso as medidas entrem em vigor, o FMI avalia que seu impacto sobre a economia brasileira deverá ser “modesto”, devido ao grande número de exceções e ao fato de os Estados Unidos responderem por cerca de 11% das exportações brasileiras em 2025.